

**Iniciativas empresariais no domínio da  
assistência social e da previdência em Portugal:  
O caso da política social da Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. (1930-1953)**

**Business initiatives in the field  
of social assistance and welfare in Portugal:  
The case of Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda.'s social policy (1930-1953)**

Fátima Afonso

**RESUMO**

Este artigo debruça-se sobre as práticas no domínio social disponibilizadas pela empresa corticeira Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. aos seus trabalhadores e respetivos agregados familiares. Enquadrada pela ideologia corporativista do Estado Novo, entre 1930 e 1953 a empresa foi progressivamente alargando o âmbito da sua intervenção social, inserindo-se num grupo restrito de estabelecimentos industriais em Portugal que, sem orientação para o lucro e sem comparticipação financeira do Estado, criaram equipamentos privativos de assistência social e materno-infantil, de auxílio médico-social, de previdência e de abono de família. Através da caracterização das iniciativas mais emblemáticas da Mundet no domínio social, o presente artigo visa contribuir para o conhecimento do alcance da obra social que a empresa incrementou, em prol do apoio e suporte dos seus operários e familiares em situação de vulnerabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE**

Fábrica de cortiça Mundet; Operários; Infância; Assistência Social; Previdência Social

**ABSTRACT**

This article focuses on the corporate social practices provided by the cork company Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. for its workers and their families. Framed by the corporatist ideology of the Estado Novo, between 1930 and 1953 the company progressively widened the scope of its social intervention, becoming part of a small group of industrial establishments in Portugal which, on a non-profit basis and without financial support from the state, set up private facilities for social and maternal and childcare facilities, welfare, medical and social services and family allowances. By examining the most emblematic social initiatives undertaken by Mundet, this article aims to contribute to a better understanding of the scope of the company's social work in support of its workers and their families in situations of vulnerability.

**KEYWORDS**

Mundet cork factory; Workers; Childhood; Social Assistance; Social Security

## INTRODUÇÃO

O inquérito indireto realizado às associações de classe em 1910 sobre a situação do operariado e da indústria nacional revelou a inexistência de estabelecimentos industriais no distrito de Lisboa que disponibilizassem creches, escolas, serviço médico ou farmacêutico, cozinhas económicas ou armazéns para fornecimento de víveres, ou qualquer outra forma de assistência aos seus operários, com exceção para a construção de habitação operária empreendida por algumas empresas (Simões, 1910, p. 413).

No âmbito deste artigo pretende-se contribuir para o conhecimento de algumas das práticas de assistência social promovidas pelo empresariado industrial português no século XX, através da apresentação do caso da Mundet & C.ª, Lda. – com fábrica de cortiça estabelecida no Seixal, sede da empresa no país – e das suas principais intervenções no domínio da política social, promovidas entre 1930 e 1953.

Com origem numa empresa familiar da Catalunha espanhola, no final do século XIX a Mundet instalou uma unidade industrial corticeira em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, estendendo mais tarde o seu negócio ao Canadá, ao México e a Inglaterra. Estas unidades industriais de produtos corticeiros estavam dependentes do abastecimento de matéria-prima a partir de países localizados junto à bacia mediterrânica, sobretudo de Portugal e de Espanha (Afonso & Ferreira, 2018, p. 32). Estribada nesta geoestratégia empresarial, em 1905 a firma L. Mundet & Sons, Inc.<sup>1</sup> instala o seu primeiro estabelecimento industrial em Portugal, escolhendo para domicílio uma propriedade na área periurbana à vila do Seixal, à época um dos concelhos do distrito de Lisboa ao sul do Tejo<sup>2</sup>. Volvidos doze anos estabelece uma segunda unidade fabril (1917-1963) no mesmo município, na freguesia de Amora (Afonso & Ferreira, 2018, p. 32). A Mundet instalou unidades industriais destinadas sobretudo à preparação de prancha de cortiça na região do Alentejo, em Mora (1914) e Ponte de Sor (1927), e ainda uma fábrica de aglomerado de cortiça no Montijo (1922) (Afonso & Ferreira, 2018, pp. 33 e 42).

Para além das unidades fabris que possuía em Portugal, o negócio corticeiro Mundet encontrava-se internacionalmente organizado em diversas empresas e estabelecimentos industriais, entre os quais a Mundet Cork Corporation, com fábricas em North Bergen e Hillside, Nova Jérquia, nos EUA; a Mundet Cork & Insulation Ltd., com unidades industriais em Montreal e Toronto, no Canadá; e a Mundet Cork Products Ltd., com fábrica em Croydon, Surrey, em Inglaterra. Estabelecido nos EUA, entre 1905 e 1938 José Mundet foi acionista maioritário e diretor da sociedade portuguesa, tendo sido, simultaneamente, o principal investidor e gestor das diversas empresas e fábricas da Mundet a nível internacional. A partir de 1938, José Mundet transfere as suas cotas para Joseph Mundet Jr., de nacionalidade norte americana que, por sua vez, e após o falecimento do pai em 1940, passou a assumir a posição de liderança nos negócios familiares (Afonso & Ferreira, 2018, p. 32 e 34).

Em sessão da Assembleia Nacional de 1949<sup>3</sup>, o deputado João Nunes Mexia destacou a Mundet & C.ª, Lda. como uma das empresas orientadas para a assistência aos trabalhadores, de entre as poucas que se evidenciavam em Portugal no âmbito da assistência social. Para o desenvolvimento de um estudo que nos permita conhecer o alcance da política social empreendida pela empresa, entre outras fontes, privilegiámos a análise dos regulamentos e dos relatórios anuais da Caixa de Previdência do Pessoal e da Caixa de Abono de Família da Firma Mundet e C.ª, Lda., e o estudo do ficheiro médico individual do serviço de *Auxílio maternal do pessoal feminino da fábrica Mundet*

<sup>1</sup> A Mundet & C.ª, Lda., sucessora desta firma, desenvolveu a sua atividade entre 1922 e 1988 (Afonso & Ferreira, 2018, p. 32).

<sup>2</sup> Desde a sua criação até 1926 o concelho do Seixal integrou o distrito de Lisboa, sendo desanexado com o decreto n.º 12879, de 22 de dezembro, fundador do distrito de Setúbal.

<sup>3</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional: IV Legislatura* (1949). Imprensa Nacional. (174). 219. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/174/1949-03-15/219?q=mundet&pPeriodo=r2>

& C.ª Lda.<sup>4</sup> este fundo documental inédito não pode deixar de ser aqui considerado com algum detalhe, na medida em que nos possibilita conhecer o universo de mães operárias da unidade fabril do Seixal e das crianças que frequentaram as instalações da creche e da casa da infância da Mundet.

Incorporado no Ecomuseu Municipal do Seixal em 2000, este ficheiro médico abrange o período de 1939 a 1985, sendo constituído por um total de 1247 fichas médicas individuais<sup>5</sup>. Contudo, a abordagem deste artigo tem como referência o período que medeia entre a inauguração do primeiro refeitório do pessoal da fábrica do Seixal (1930) e o encerramento da casa da infância (1953), no decurso do qual 851 crianças beneficiaram do serviço de assistência médico-social que a Mundet destinou aos filhos das suas trabalhadoras. Os dados e as primeiras conclusões apresentados neste artigo resultam do tratamento quantitativo e da análise de um conjunto de 851 fichas médicas individuais do serviço de assistência materno-infantil da empresa.

## ENQUADRAMENTO POLÍTICO E SÓCIOECONÓMICO

A partir da segunda metade do século XIX, o território ribeirinho do concelho passou a ser pontuado pela presença de pequenas indústrias e por dois importantes empreendimentos fabris, as fábricas da Companhia de Lanifícios de Arrentela, Lda. e da Companhia das Fábricas de Garrafas da Amora, S.A.R.L., que se destacaram pela sua dimensão, pelo elevado número de operários que empregaram, e pela sua significativa expressão económica a nível regional e nacional.

O progresso da industrialização no século XIX deu origem ao surgimento de movimentos associativos, mutualistas, cooperativos e de associação de classe, bem como de coletividades de cultura, instrução e recreio, contribuindo de forma notória para apoiar, solidária e mutuamente, os mais desfavorecidos (Mendes, 2021, p. 27). A instalação das mencionadas unidades fabris oitocentistas estiveram na génese da industrialização no concelho do Seixal e a consequente concentração de operários foi acompanhada pelo desenvolvimento do movimento associativo no concelho do Seixal, como revelou o estudo de Joana Dias Pereira ao identificar a existência de cinco “associações operárias de base territorial” (Pereira, 2015, p. 164). Algumas destas associações – montepios e associações mutualistas – agregavam sócios de diferentes ramos de atividade, entre pescadores, artistas e operários (Pereira, 2015, pp. 166-169 e 176-178). No final de oitocentos registou-se ainda a organização de duas cooperativas de consumo operário nas localidades de Amora e Arrentela<sup>6</sup>.

Às indústrias têxtil e vidreira oitocentistas vieram juntar-se, a partir do início da centúria seguinte, os estabelecimentos industriais corticeiros da L. Mundet & Sons Inc. e da C. G. Wicander, no Seixal e, a partir de 1935, da Produtos Corticeiros Portugueses, Lda., em Amora, dando origem à formação de uma forte comunidade operária corticeira no concelho. Contudo, apesar do desenvolvimento industrial verificado, por altura da instauração do Estado Novo, através da Constituição da República Portuguesa de 1933, o Seixal era ainda um concelho onde a agricultura e a exploração dos recursos fluviais ocupavam um lugar importante na economia local.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela instabilidade política e militar, causada pela Guerra Civil de Espanha (1936-1939), à qual se seguiu a II Guerra Mundial (1939-1945). Estas conflagrações militares tiveram repercussões no país ao nível do agravamento da pobreza causado pela imposição da economia de guerra, pela escassez,

<sup>4</sup> Remanescente do processo de falência da empresa, o fundo documental da Mundet & C.ª, Lda. é desde 1997 tutelado pelo município do Seixal, encontrando-se sob gestão do Gabinete de Projetos de Património - Ecomuseu Municipal do Seixal (Afonso & Ferreira, 2018, pp. 33-34).

<sup>5</sup> Em momento anterior ao da sua incorporação no Ecomuseu Municipal do Seixal, várias fichas foram entregues a antigos utentes da creche, pelo que este ficheiro não corresponde ao número total de crianças que frequentaram o serviço materno-infantil da Mundet.

<sup>6</sup> *O Puritano*, n.º 822, 23/09/1897; n.º 902, 30/06/1898.

carestia e racionamento dos recursos alimentares que, por sua vez, estiveram na origem de contestações operárias e populares.

O incremento industrial no concelho do Seixal deu origem a um crescente número de famílias migrantes que se instalaram nos principais núcleos urbanos. Em 1925 a vila e sede do concelho contava com mais de 4000 habitantes, verificando-se que em casas onde poderiam habitar quatro ou cinco pessoas, chegavam a residir sete ou mais<sup>7</sup>. As habitações onde vivia a maior parte da população operária eram caracterizadas pelas precárias condições sanitárias, higiénicas e de conforto que ofereciam. A estrutura de saneamento público era praticamente inexistente e a água para consumo da população era carregada a partir de poços e chafarizes públicos.

O operariado fabril local encontrou no associativismo formas de integração social, de solidariedade, de entreaajuda, de reivindicação e de contestação face às imposições do Estado Novo, que visaram a defesa de interesses comuns e a mitigação de problemas sócioeconómicos. No século passado, foram de grande importância no apoio que prestaram à sobrevivência económica das famílias operárias, a Sociedade Cooperativa Operária de Consumo 31 de Janeiro de 1911, no Seixal (compreendendo sócios ligados a diferentes atividades económicas), e a Cooperativa de Panificação e Consumo<sup>8</sup> que, em 1917, foi organizada pelos trabalhadores da fábrica da Companhia de Lanifícios de Arrentela, Lda. para resolver os problemas da falta de pão e do seu aumento de preço, cooperativas que no período que serve de referência a este estudo ainda se encontravam em atividade.

Em 1942, procurando fazer face às dificuldades, foi criada pelos trabalhadores da unidade fabril da Mundet de Amora uma cantina para abastecimento de géneros alimentícios e produtos de utilidade doméstica nas dependências da fábrica. Mais tarde, o seu encerramento por decisão da empresa levou à formação de uma comissão de trabalhadores que organizou uma cooperativa, tendo sido cedido pela gerência da empresa, em 1947, o edifício dos antigos refeitórios da fábrica (entretanto desativados) para instalação da Cooperativa Progresso e União Amorense<sup>9</sup>.

Com o desenvolvimento da industrialização foi-se reforçando a consciência de classe e as associações tornaram-se mais especializadas (Mendes, 2021, p. 37). A partir de finais do século XIX, os trabalhadores ligados às principais atividades económicas do concelho do Seixal organizaram-se em associações operárias de classe. No Estado Novo, decorridos quatro anos após a publicação do decreto-lei n.º 23050, de 23/09/1933, que suprimiu as associações de classe e impôs os sindicatos nacionais organizados a nível distrital e sob tutela do Estado, o Administrador do Concelho do Seixal colocou o Governador Civil do Distrito de Setúbal a par da situação das associações de classe existentes no município<sup>10</sup>. Na sequência do termo da laboração das fábricas de garrafas de vidro de Amora, em 1926, as associações de classe dos Operários da Indústria de Vidros e dos Operários Vidreiros, aí existentes, haviam sido dissolvidas, enquanto as associações de classe dos Manufatores de Lanifícios de Arrentela, dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas e o Sindicato Único de Construção Naval da Margem Sul do Tejo haviam sido extintos por dissidência dos sócios ou por falta de cotização. A Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho do Seixal fora suprimida em 1934 e os seus associados encontravam-se a organizar uma secção do respetivo Sindicato Nacional, “tarefa esta que auxiliamos devotadamente a fim de chamar ao seio do corporativismo mais esta grande família de trabalhadores Portugueses”, como consta de uma informação ao Governador Civil do Distrito de Setúbal, de 16 de outubro de 1937<sup>11</sup>. O mesmo documento refere que a classe piscatória local tinha já sido inserida no Sindicato Nacional de Pescadores do Distrito de Setúbal. Nesse ano, no

<sup>7</sup> *O Seixalense*, n.º 5, 26/04/1925.

<sup>8</sup> *A Voz d'Amora*, n.º 17, 25/03/1917.

<sup>9</sup> *A Tribuna do Povo*, n.º 97, 05/12/1954.

<sup>10</sup> Cf. Informação ao Governador Civil do Distrito de Setúbal, 16 de outubro de 1937. Arquivo Municipal do Seixal. Copiador de correspondência expedida pelo Administrador do Concelho. ACS/D/B/01/Cx099, fl. 52.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

âmbito da organização corporativa de trabalho marítimo enquadrada pela lei n.º 1953, de 11/03/1937, formou-se no Seixal uma secção da Casa de Pescadores de Lisboa.

O crescimento populacional, o estado sócioeconómico e sanitário dos aglomerados urbanos onde as unidades fabris da Mundet se inseriram e a carestia dos géneros alimentícios associados à nutrição deficiente da população operária concorreram para o surgimento de doenças. Para além da anemia, do alcoolismo e da sífilis, em 1930 a tuberculose era a doença que mais afligia a população adulta e a sua maior causa de mortalidade no distrito de Setúbal (10869 mortos)<sup>12</sup>. Este número apenas foi ultrapassado pela mortalidade infantil (no mesmo ano e distrito registaram-se 14023 óbitos em crianças até aos dois anos de idade). Em 1940 a percentagem de mortalidade infantil (óbitos até aos cinco anos) atingiu os 32,4% da mortalidade geral da população em Portugal<sup>13</sup>.

O Código Administrativo de 1936, aprovado pelo decreto-lei n.º 27424, de 31/12/1936, atribuiu à Santa Casa da Misericórdia competências de órgão central de assistência concelhia (art.º 372º), congregando a ação beneficente, a previdência e o socorro médico, que deviam ser prestados às famílias, às crianças e aos enfermos nos concelhos. Porém, a Misericórdia do Seixal veio a instalar-se tardiamente, em 1961<sup>14</sup>. Para além das associações de solidariedade e entreatajuda operária, o crescente afluxo de população migrante às localidades no concelho que apresentavam um maior desenvolvimento industrial (Seixal, Arrentela e Amora) e as necessidades emergentes da industrialização local não foram acompanhados pela criação de estruturas de assistência social que respondessem às necessidades da população. A assistência social continuou a ser entregue ao cuidado da Igreja, da edilidade e de iniciativas de beneficência local de matriz católica.

A Constituição da República Portuguesa de 1933 incumbiu o Estado de definir e fazer respeitar os direitos e as garantias das famílias, das autarquias locais e das outras pessoas coletivas, públicas ou privadas (art.º 6º), bem como de coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais (art.º 6º, n.º 2). Ao Estado corporativo competia incentivar a criação de instituições de solidariedade, de previdência, de cooperação e de mutualidade, reservando para si e para as câmaras municipais um papel orientador e coordenador em relação a uma atividade assistencial que se pretendia promover com recurso à iniciativa privada (Garrido, 2016, p. 207).

Passados três anos, o Código Administrativo atribuiu competências às câmaras municipais que visaram, entre outros, assegurar o transporte e a assistência hospitalar a doentes residentes no concelho (art.º 48º, n.º 11) e garantir cuidados de saúde gratuitos à população mais carenciada através dos partidos médicos municipais<sup>15</sup>. A fundação de uma delegação da Cruz Vermelha no Seixal, em 1915<sup>16</sup>, e do respetivo posto de socorros gratuitos veio reforçar a prestação de cuidados médicos à comunidade. O mesmo diploma legal incumbiu ainda a edilidade de zelar pelas crianças expostas ou abandonadas (art.º 48º, n.º 10), entregues aos cuidados de amas de aleitação, ficando as juntas de freguesia responsáveis pela criação de postos de puericultura, lactários e creches (art.º 200º, n.º 4). Estes últimos projetos sociais, plasmados na legislação, não tiveram concretização no concelho do Seixal.

Atendendo aos objetivos de assistência e de cooperação social (proteção e auxílio nos casos de doença, desemprego, inabilidade, velhice e morte) preconizados no decreto-lei n.º 23051, de 23/09/1933, a Associação Humanitária de Beneficência Fúnebre de Corroios criada na freguesia de Amora, em 1922 (visando o auxílio financeiro

<sup>12</sup> Direcção Geral de Estatística (1931). *Anuário Demográfico: 1930*. Imprensa Nacional, pp. 16-17. <https://www.ine.pt/xurl/pub/259011825>

<sup>13</sup> Direcção Geral de Estatística (1941). *Anuário Demográfico: 1940*. Imprensa Nacional. VIII. <https://www.ine.pt/xurl/pub/259015230>

<sup>14</sup> Paiva, J. P. (Coord.) (2002). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (V. 1). União das Misericórdias Portuguesas, p. 252. *A Tribuna do Povo*, n.º 302, 23/06/1963, notícia da cedência de uma propriedade da Mundet para a construção da sede da Santa Casa da Misericórdia do Seixal.

<sup>15</sup> Os "partidos médicos" eram profissionais de saúde, muitas vezes médicos ou cirurgiões, que trabalhavam para os municípios portugueses, para fornecer cuidados de saúde aos pobres.

<sup>16</sup> *A Voz da Amora*, n.º 17, 25/03/1917. Em 1917 celebrava-se o segundo ano da instalação da Delegação da Cruz Vermelha no Seixal.

atribuído às famílias mais carenciadas para ajuda de funeral), deu lugar a partir de 1934 à Casa do Povo de Amora, que veio a instalar-se na sede da associação, entretanto extinta (Fitas, 2016, p. 12).

O aumento da produtividade e a situação economicamente desafogada da Mundet & C.ª, Lda. nos finais dos anos de 1930, que a colocaram numa posição cimeira entre as empresas corticeiras a nível mundial (Nadal & Sala, 2010, pp. 132-133), foram acompanhados pelo aumento de mão de obra na fábrica do Seixal, que atingiu o seu auge em 1938, ano em que a sua força laboral ascendeu a 2 474 trabalhadores (Ferreira, 2003, p. 4). Para este elevado número de trabalhadores, contribuíram a persistência na utilização de trabalho manual e o recurso à tecnologia tradicional (aspeto evidenciado na Figura 3) na transformação industrial da cortiça, imprimindo um ritmo de trabalho moderado na produção. As oficinas da fábrica encontravam-se apetrechadas com um número significativo de máquinas semiautomáticas que permitiam um aproveitamento mais eficaz da matéria-prima pelo operário<sup>17</sup>.

A partir de meados da década de 1930 a Mundet procedeu à progressiva aquisição de algumas propriedades limítrofes à fábrica<sup>18</sup>, viabilizando vários projetos de construção de equipamentos modelares de assistência médica e materno-infantil que se tornaram marcas distintivas da sua política social.

## OS REFEITÓRIOS DA MUNDET E A SOPA DOS POBRES

Apesar do atraso no cumprimento à lei n.º 297, de 22/01/1915, que determinava que nas fábricas e nas oficinas com mais de cinquenta operários fosse instalado um refeitório (art.º 14º, número único) e na sequência de visitas de inspeção dos serviços do Ministério do Trabalho e Previdência Social à fábrica, a empresa requalificou uma das suas dependências e abriu o seu primeiro refeitório a 12 de maio de 1930. A capacidade deste equipamento era de 250 operários<sup>19</sup>, sendo manifestamente insuficiente se considerarmos que em 1931 esta unidade industrial empregava 1080 trabalhadores (Ferreira, 2003, p. 4).

Em meados de 1930 a empresa criou melhores condições para os seus trabalhadores com a adaptação do edifício do antigo Grémio Recreativo Seixalense, imóvel de que era proprietária, a refeitórios do pessoal. Visando a ampliação do espaço dos futuros refeitórios foi ainda adquirido um antigo armazém de aprestos de construção naval. A localização dos refeitórios (ocupando uma área total de 494 m<sup>2</sup>), acompanhando a linearidade da frente ribeirinha da fábrica, teve em conta o seu afastamento dos espaços de laboração.

A organização do espaço interior dos refeitórios reproduziu a hierarquia existente no estabelecimento fabril, legitimada por regras de relação laboral: o refeitório dos encarregados de oficina e dos empregados de escritório encontrava-se separado da ampla sala destinada aos operários (Figura 1). Os acessos a estes espaços, a partir do exterior da unidade fabril, eram distintos consoante a categoria profissional (empregados ou assalariados).

A hierarquização e as regras de conduta que estavam associadas à utilização do espaço dos refeitórios terão contribuído para o afastamento de algumas dezenas de trabalhadores que preferiam desfrutar das suas parcas

<sup>17</sup> A título de exemplo, veja-se o caso da produção de rolhas na “Oficina de Brocas” onde, em 1946, se encontravam instaladas 56 máquinas, das quais cerca de 77% (43) eram designadas por máquinas a pedal ou semiautomáticas. A oficina dispunha apenas de 13 máquinas automáticas. Cf. Ecomuseu Municipal do Seixal / Fundo Documental Mundet: Mundet & C.ª, Lda. - *Auxiliar de mobiliário, máquinas, utensílios e material de transportes. Inventário de 31 dezembro 1946* (EMS. 2000.00293), pp. 14-16.

<sup>18</sup> A escritura pública realizada em 29 de agosto de 1905 no Cartório Notarial de Lisboa de Emídio Scola (Liv. 938, folha 104v.) certifica que a fábrica de cortiça foi instalada numa parcela de dois hectares da Quinta dos Franceses, no Seixal. A planta geral da fábrica de 1930 (EMS. 2003.00285) mostra uma propriedade integralmente ocupada por oficinas e áreas destinadas à preparação da matéria-prima.

<sup>19</sup> *O Seixalense*, n.º 117, 15/12/1929 e n.º 127, 11/05/1930.



**Figura 1** Sala destinada aos operários nos refeitórios da fábrica Mundet & C.ª, Lda., no Seixal, [1940?]. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

refeições nas bermas da estrada<sup>20</sup>. Outros optavam pela taberna que ficava contígua à fábrica, onde eram servidas refeições frugais à hora do almoço. O taberneiro aquecia-lhes a refeição que traziam de casa, habitualmente composta por sopa, um bocado de chouriço ou de toucinho metido dentro de um quarto de pão escuro. Alguns levavam as sobras do jantar da véspera, uma posta de bacalhau ou um peixe miúdo, acompanhadas por batatas cozidas na taberna. Em troca dos serviços prestados pelo taberneiro, os operários compravam-lhe vinho para acompanhar a refeição<sup>21</sup>.

O edifício dos refeitórios da Mundet acomodava ainda a cozinha onde era confeccionada a sopa dos pobres, com acesso independente a partir da rua. Esta modalidade de beneficência foi criada no contexto da Guerra Civil de Espanha<sup>22</sup>, conflito que teve repercussões no país ao nível da situação alimentar da população pela falta de bens de primeira necessidade, acompanhado pela inflação dos preços. A sopa dos pobres teve na empresa a sua fonte de financiamento para a confeção diária das refeições e, apesar de não dispormos de informação documental sobre o número de sopas que eram distribuídas por dia, podemos presumir a capacidade de distribuição diária de cinquenta refeições a partir da existência do mesmo número de marmitas na cozinha<sup>23</sup> (Figura 2).

<sup>20</sup> Entrevista a Joaquim Fernandes Sousa (nascido em 1949), filho e neto dos donos da taberna instalada junto à fábrica da Mundet, no Seixal. A entrevista decorreu no estabelecimento de restauração contíguo ao espaço da primitiva taberna. Ecomuseu Municipal do Seixal, registo sonoro de depoimento de 22/09/1997.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> Na altura existia uma numerosa comunidade espanhola no Seixal, constituída sobretudo por mestres catalães da fábrica da Mundet, e respetivas famílias.

<sup>23</sup> Ecomuseu Municipal do Seixal / Fundo Documental Mundet: Mundet & C.ª, Lda. - *Auxiliar de mobiliário, máquinas, utensílios e material de transportes. Inventário de 31 dezembro 1946* (EMS. 2000.00293), p. 217. O documento refere a existência na cozinha da sopa dos pobres de cinquenta marmitas de alumínio. Parece-nos de presumir a possibilidade de as refeições poderem ainda ter sido distribuídas em recipientes que os próprios utentes traziam para o efeito.



Figura 2 Cozinha da sopa dos pobres instalada junto aos refeitórios da fábrica Mundet & C.ª, Lda. no Seixal, [1940?]. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

## A ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL NA FÁBRICA DA MUNDET NO SEIXAL

Apesar da legislação portuguesa tornar obrigatória por decreto de 14/04/1891 – que procurou regularizar o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas – a criação de uma creche em fábricas onde trabalhassem mais de cinquenta operárias (art.º 21º), o preâmbulo do decreto n.º 14498, de 29/10/1927, evidenciou a pouca eficácia desta obrigação legal: “Os resultados não foram brilhantes; poucas creches se criaram, algumas fábricas tiveram escolas, hoje quasi todas abandonadas, e até os serviços centrais quasi desapareceram”. Volvidos quarenta anos sobre a promulgação do primeiro diploma legislativo referido, o número de estabelecimentos fabris que dispunham de creche no país era ainda muito diminuto (Sousa, 1931, p. 12).

Inspirada em valores tradicionalistas, a ideologia do Estado Novo atribuiu à mulher tarefas a desempenhar no seio do lar e da família, defendendo que a educação e a assistência materno-infantil deveriam ser prestadas preferencialmente no domicílio, motivo pelo qual não foram criadas pelo Estado estruturas coletivas como creches, centros de aleitamento ou jardins infantis (Pimentel, 2011, p. 83). Porém, dadas as dificuldades de subsistência das famílias operárias, a mulher viu-se obrigada a trabalhar longas jornadas fora de casa em troca de um magro salário destinado a complementar as despesas da família, deixando os filhos entregues a si próprios ou, no caso de crianças pequenas, ao cuidado de familiares (Figura 3).

A Mundet contou com a presença de um número significativo de operariado feminino nas fábricas de transformação de cortiça de Amora e do Seixal, ascendendo no ano de 1938 a 1320 trabalhadoras com mais de doze anos (Ferreira, 2003, p. 6). Como resposta às necessidades do meio social onde se inseria, em 1937 a Mundet & C.ª, Lda. fundou a



Figura 3 Escolha de rolhas da fábrica Mundet, no Seixal, 1954. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

sua primeira creche junto à unidade industrial que detinha na freguesia de Amora, adquirindo no mesmo ano uma propriedade confinante com a fábrica no Seixal, para construção de uma segunda creche no concelho. O seu estabelecimento marca um momento de charneira na história da política social da empresa, com a afetação de verbas e de recursos materiais e humanos que, excedendo o apoio prestado ao seu operariado, visava abranger os respetivos agregados familiares<sup>24</sup> (Figura 4).

A creche da fábrica da Mundet no Seixal foi inaugurada a 31 de maio de 1939, dispondo de instalações modernas<sup>25</sup>. Decorridos quatro anos, surgiu a casa da infância inaugurada a 4 de abril de 1943 com a presença das mais altas individualidades da nação. O edifício, com capacidade para cem crianças, reunia todos os requisitos de higiene e de conforto<sup>26</sup> (Figura 5).

<sup>24</sup> Nas fábricas da Mundet de Seixal e de Amora, onde existiu uma forte presença feminina, a empresa construiu creches e casas da infância. No caso da unidade industrial de Mora, onde as trabalhadoras eram em menor número, de acordo com o decreto n.º 14498, de 29/10/1927, art.º 20º, foi apenas criado um lactário (Afonso & Ferreira, 2018, p. 47).

<sup>25</sup> *A Voz do Seixal*, n.º 242, 05/06/1939.

<sup>26</sup> *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, n.º 40, fevereiro/1942.



**Figura 4** Amas e bebés numa das salas da creche da fábrica Mundet & C.ª, Lda. no Seixal, [1943?]. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.



**Figura 5** Perspetiva geral das instalações de assistência materno-infantil da fábrica Mundet & C.ª, Lda. no Seixal, 1943. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

Estes equipamentos sociais, servidos por um quadro de pessoal habilitado, integravam o serviço de *Auxílio maternal do pessoal feminino da fábrica Mundet & C.ª Lda.*<sup>27</sup>, dirigido por Amândio Fiadeiro (1904-1981), médico de clínica geral e de doenças das crianças<sup>28</sup>. Através das suas anotações manuscritas no ficheiro médico individual do serviço foi possível identificar os dados sóciodemográficos que nos permitem caracterizar as crianças que frequentaram as instalações, filhas das trabalhadoras da fábrica do Seixal.

Este médico assistente da creche foi, simultaneamente, o partido médico da edilidade, contratado para prestar apoio médico gratuito à população mais carenciada e acompanhar as crianças desvalidas e os expostos (Código Administrativo de 1936, art.º 133º, n.ºs 1 e 5), sendo responsável pelo socorro médico dispensado às populações das freguesias que reportavam à área de residência da maioria dos trabalhadores da fábrica: Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires<sup>29</sup>. Os cuidados de saúde prestados aos doentes em consultas realizadas ao domicílio permitiram-lhe ter um conhecimento mais aprofundado e efetivo das dificuldades económicas em que as famílias operárias viviam e das condições de salubridade e de higiene das suas habitações, bem como estar a par da existência de doenças congénitas ou infetocontagiosas no agregado familiar, informações que foram cuidadosamente registadas nas fichas médicas individuais.

Os dados apurados respeitantes ao período de 1939 a 1953 remetem para um universo de 851 crianças na creche da fábrica da Mundet no Seixal (cerca de 51% das quais eram do género masculino), com idades entre um mês e os sete anos – idade com que a criança ingressava na escola primária oficial – e 660 mães operárias.

Em 1938 a fábrica da Mundet no Seixal empregava 1320 operárias, num universo de 2343 trabalhadores (Ferreira, 2003, p. 6), pelo que a mão de obra feminina rondava os 56 % do total dos trabalhadores. Na década seguinte, nas duas fábricas da Mundet instaladas no concelho do Seixal, os trabalhadores com vinte ou menos anos de idade<sup>30</sup> atingiram cerca de 68% do total da população operária da Mundet (Afonso & Ferreira, 2016, p. 206). Esta população operária jovem encontra-se refletida no ficheiro analisado. Assim, no universo de 660 mães que laboravam na fábrica da Mundet do Seixal, cerca de 54 % (359) correspondiam a jovens mães que entregaram o seu primogénito aos cuidados da creche.

Não chegou aos nossos dias o regulamento de funcionamento da assistência materno-infantil da Mundet. Porém, a partir dos dados constantes nas fichas médicas individuais, podemos verificar que a assistência e a proteção materno-infantil abrangeram tanto trabalhadoras permanentes, como as que integravam o quadro de pessoal adventício, dando-se prioridade às mães operárias (apenas quatro mulheres tinham outras categorias profissionais). Muito embora fosse particularmente observado o estado civil e a integridade moral dos pais, a criança não era excluída por ter nascido fora da instituição do casamento (as fichas apontam para vinte e três casos de filhos de pais incógnitos ou de uniões ilegítimas).

Através deste ficheiro médico constatamos que a assistência e a proteção às crianças eram disponibilizadas exclusivamente por via da mão de obra feminina. Se por algum motivo a mãe fosse despedida ou tivesse de abandonar o trabalho por um longo período, via-se obrigada a retirar a criança da creche, mesmo nos casos em que o pai era trabalhador na Mundet (o ficheiro revelou 194 situações em que ambos os pais trabalhavam na fábrica).

<sup>27</sup> Incorporado no Ecomuseu Municipal do Seixal, o ficheiro médico do serviço de *Auxílio maternal do pessoal feminino da fábrica Mundet & C.ª Lda.* tem como referência o registo de entrada n.º 164/2000. Por motivos de proteção de dados pessoais, nenhum dos antigos utentes da assistência materno-infantil se encontra identificado.

<sup>28</sup> *O Seixalense*, n.º 95, 20/01/1929.

<sup>29</sup> Apesar de Amândio Fiadeiro ter sido ainda o médico permanente na creche e na casa de infância da unidade fabril da Mundet em Amora, a documentação não subsistiu ao encerramento desta fábrica em 1963.

<sup>30</sup> O decreto n.º 14498, de 29/10/1927, art.º 4º, entre outros diplomas legais promulgados anteriormente, teve como referência o decreto de 14/04/1891 ao estabelecer os doze anos como idade mínima para admissão de menores na fábrica.

Apesar de o decreto de 14/04/1891, art.º 22º, proibir o trabalho às mulheres nas primeiras quatro semanas após o parto (determinação legal que na década de 1940 ainda se mantinha), as dificuldades de subsistência económica das famílias obrigavam a mãe a regressar precocemente ao trabalho, tendo-se verificado que 192 crianças foram admitidas na creche com menos de um mês de idade. Em alguns casos, tinham apenas uma semana de vida.

Acompanhando o crescimento das crianças, as fichas individuais registavam os sucessivos exames realizados no consultório médico instalado no edifício da creche. Ali foram anotadas as medidas e as pesagens das crianças, o tipo de alimentação anterior à admissão na creche e a dieta ali adotada, os cuidados de puericultura, as doenças, as vacinas ministradas, os remédios e os tratamentos prescritos. Apontavam-se dados respeitantes à gestação e ao parto e ainda informações médicas relevantes sobre familiares ascendentes hereditários e colaterais da criança (avós, pais, irmãos e tios), bem como as condições físicas e psíquicas dos progenitores.

Por via da regra, os filhos nasciam em casa. A maioria das crianças que frequentou a creche e a casa da infância nasceu no termo da gravidez e com assistência de parteira, registando-se a admissão de uma única criança prematura de sete meses (presumivelmente dada a inexistência de cuidados médicos especializados que garantissem a sobrevivência de recém-nascidos prematuros, não se verificaram outros casos). Contudo, cerca de 20% dos partos não contaram com o apoio de parteira, tendo as mães recorrido ao auxílio de curiosas ou de familiares mais experientes. Menos de 7% das crianças nasceram em maternidades (Abraão Bensaúde, Dr. Alfredo da Costa e Magalhães Coutinho, em Lisboa) ou na assistência obstétrica do Hospital de S. José, na Enfermaria de Santa Bárbara<sup>31</sup>.

A partir de 1943, a Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., fundada no ano anterior, alarga o espectro da sua ação a parturientes ao contratar duas enfermeiras especializadas com o curso de parteira<sup>32</sup>, para dar assistência às operárias em consultas pré-natais, visitas domiciliárias e partos. No quinquénio de 1943 a 1948 estas parteiras diplomadas assistiram a 498 partos<sup>33</sup>. Mais tarde, para reforçar a assistência médico-social à infância foi contratado um médico pediatra<sup>34</sup>.

Em casa, como complemento ao leite materno ou em sua substituição, por vezes as mães alimentavam os filhos de tenra idade com alimentos desaconselhados pelo médico assistente. Entre outros, eram muito populares a açorda, o leite de vaca e de cabra, os caldos de farinha de trigo, o miolo de pão fervido, os ovos e o arroz<sup>35</sup>.

Na creche, o médico e as amas procuravam incentivar o regresso ao aleitamento materno – durante a jornada diária de trabalho, as operárias estavam autorizadas a deslocarem-se à creche até três vezes por dia para amamentar os filhos –, ainda que complementado com leite em pó. Passado o período de lactação, dava-se início à alimentação com farinhas, caldos de legumes e aos poucos introduziam-se as refeições compostas por sopa, peixe ou carne e fruta da época (Figura 6).

Até meados da década de 1960 a fábrica manteve algumas das estruturas das antigas quintas que acrescentara, entretanto, à sua propriedade (possibilitando a criação de animais de pequeno porte e a manutenção de uma

<sup>31</sup> Unidades hospitalares de assistência médica obstétrica referidas nas fichas do serviço de *Auxílio maternal do pessoal feminino da fábrica Mundet & C.ª, Lda.*

<sup>32</sup> Cf. Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. Relatório e contas da referente ao ano de 1943, p. 4.

<sup>33</sup> Cf. Os quadros de “Assistência prestada a parturientes”, referentes às fábricas da Mundet de Seixal e de Amora, encontram-se integrados nos relatórios e contas da Caixa de Previdência, de 1943 a 1948.

<sup>34</sup> Cf. Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. Relatório e contas referente ao ano de 1947, [p. 1].

<sup>35</sup> O tipo de alimentação anterior à admissão da criança na creche e o regime alimentar ali adotado encontram-se anotados nas fichas médicas individuais.



Figura 6 Sala de refeição das crianças da creche e da casa da Infância da fábrica Mundet & C.ª, Lda. em Amora, [1950?]. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

vacaria<sup>36</sup>), garantindo alguns dos géneros alimentares essenciais à alimentação das crianças, entre outros, os produtos hortofrutícolas, os ovos, a carne e o leite. A estes juntavam-se, por prescrição do médico assistente, os suplementos alimentares, sobretudo, o óleo de fígado de bacalhau.

Apesar da prestação de uma alimentação adequada, de cuidados médicos, de educação gratuita e de proteção, foi frequente o abandono temporário ou definitivo da creche. Os quatro principais motivos registados pelo médico assistente foram: o despedimento da mulher operária; a doença da mãe ou da criança que passava a ficar entregue aos cuidados de familiares ou, menos frequentemente, de uma ama; as dificuldades de adaptação e de integração da criança na creche; e ainda a longa distância a percorrer entre a residência da família e a fábrica.

Na ausência temporária da mãe ao trabalho, justificada por doença, por falta de trabalho nas oficinas ou por assistência à família, era habitual as crianças ficarem em casa, o que tornava a frequência da creche bastante irregular. Esta prática, bem como o hábito de deitar a criança na enxerga junto dos irmãos ou de outros familiares que compartilhavam a casa, aumentavam o risco de contágio de doenças transmissíveis.

A maioria dos pais residia junto à fábrica (58%). Porém, várias crianças abandonaram a creche por residirem longe, em localidades como Arrentela, Aldeia de Paio Pires ou Fernão Ferro ou, em menor número, no concelho vizinho do Barreiro. No seio da família, os cuidados a prestar à criança eram tradicionalmente uma responsabilidade atribuída em exclusivo à mulher. A mãe, por vezes auxiliada por outras mulheres da família, era responsável pelo transporte da criança de colo desde o local de residência até à sede de concelho onde se encontrava instalada a

<sup>36</sup> Ecomuseu Municipal do Seixal / Fundo Documental Mundet: Mundet & C.ª, Lda. - *Auxiliar de mobiliário, máquinas, utensílios e material de transportes. Inventário de 31 dezembro 1946.* (EMS. 2000.00293). A planta geral da fábrica do Seixal de outubro de 1949 (EMS. 2003.00278) refere a existência de capoeiras, representando ainda as áreas ocupadas por hortas e pomares.

creche. Algumas das situações de abandono foram atribuídas ao estado de fraqueza das mães que, devido a insuficiência alimentar ou a doença, se viam impossibilitadas de diariamente percorrer a pé, com as crianças ao colo, os quilómetros de distância que separavam a sua residência da creche no Seixal. No final da jornada de trabalho, tinham de voltar a calcorrear o caminho de regresso a casa.

Muitas crianças sofriam de deficiências nutricionais, inscrevendo-se nas fichas casos de crianças com crescimento abaixo da média para a idade e alguns diagnósticos médicos de raquitismo. Porém, as doenças mais comuns eram as infetocontagiosas, transmissíveis e eminentemente sociais, devido às más condições higiénicas, habitacionais e alimentares: as infeções de pele devido a parasitas externos (entre outros, ácaros, pulgas e piolhos), as dermatoses (eczema, impetigo, sarna e tinha), as doenças exantemáticas (entre outras, a varicela, o sarampo e a escarlatina), seguidas das gastroenterites e das pneumonias. Ao longo do seu período de atividade, os apontamentos médicos informam sobre o encerramento da creche por breves períodos devido a surtos de varicela ou de sarampo.

Dadas as dificuldades económicas das famílias, por vezes, o médico assistente encaminhava os doentes para as consultas de puericultura do Dispensário Popular de Alcântara e dos dispensários antituberculosos de Almada ou do Seixal. Estes dispensários prestavam consultas médicas e forneciam medicamentos e tratamentos gratuitos às crianças que ali acorriam. Em casos mais graves, as crianças doentes eram encaminhadas para consultas de médicos especialistas ou para os hospitais civis.

À fundação das creches pela empresa e à especial atenção dispensada aos cuidados de assistência às crianças que as frequentavam, certamente não terá ainda sido alheio o elevado número de óbitos infantis apurados no concelho. O movimento da população infantil no Seixal em 1920 cifrou-se em 275 nascimentos e 217 óbitos. Na década seguinte o número de nascimentos ascendeu a 314, registando-se 100 óbitos infantis e, em 1940, verificaram-se 258 nascimentos e foram declarados 190 óbitos<sup>37</sup>.

Através do ficheiro médico individual verifica-se que de um total de 660 agregados familiares operários, cerca da 32% (208 famílias) tinham sofrido a perda de um ou mais filhos pequenos. Ao longo do período de referência para este estudo, a mortalidade na creche foi de cerca de 15%, visto que faleceram 129 crianças entre as 851 admitidas. Dos 129 óbitos infantis registados, 75,5% correspondem ao falecimento de crianças antes de completarem o primeiro ano de vida (este valor sobe para 96,5% se considerarmos o total de crianças falecidas antes dos dois anos de idade). Entre as causas de morte destacavam-se a pneumonia, a gastroenterite e o sarampo. Porém, na maioria dos casos, as causas foram indeterminadas.

Entre os três e os sete anos de idade, as crianças eram acolhidas na casa da infância onde usufruíam de uma alimentação equilibrada e lhes era proporcionada a realização de atividades que visavam a educação, o desenvolvimento intelectual, a robustez física, o lazer e recreio (Figura 7). Estes cuidados foram reforçados pela frequência sazonal de colónias balneares infantis, suportada pela empresa<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Arquivos do Instituto Central de Higiene (1926). *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa : 1920*. Imprensa Nacional. 9. <https://www.ine.pt/xurl/pub/285188880>; Direcção Geral de Estatística (1931). *Anuário Demográfico: 1930*, Imprensa Nacional. 34-35. <https://www.ine.pt/xurl/pub/259011825>; Direcção Geral de Estatística (1941). *Anuário Demográfico: 1940*. Imprensa Nacional. 32-33. <https://www.ine.pt/xurl/pub/259015230>

<sup>38</sup> *A Tribuna do Povo*, n.º 9, 01/04/1951.



Figura 7 Grupo de crianças e amas junto à casa da infância da fábrica Mundet & C.ª, Lda. no Seixal, [1950?]. © EMS-CDI – Imagem cedida por J.D. Matias.

Com a instalação dos edifícios da creche e da casa da infância, bem como das respetivas estruturas de apoio – ocupando uma área total de 7525 m<sup>2</sup> (1375 m<sup>2</sup> dos quais de área coberta) –, emergiram as necessidades de murar os equipamentos sociais e a construção de novos acessos.

## A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL NA MUNDET

No início de 1945 os trabalhadores da indústria corticeira passaram a contribuir para a Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria Corticeira, com a exceção de um organismo privativo, o único neste sector económico – a Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., cujo regulamento foi aprovado a 24 de setembro de 1942 (Godinho & Bernardo, 1946, p. 130).

O financiamento da Caixa de Previdência dependia das quotizações da entidade patronal (5% sobre os ordenados e salários), dos trabalhadores (5% dos seus vencimentos) e ainda dos donativos efetuados voluntariamente pelos contribuintes honorários (acionistas e gerentes da firma)<sup>39</sup>. Esta instituição privativa – integrada na 2ª categoria de caixas de reforma ou previdência da lei n.º 1884, de 16/03/1935 –, exercia a sua ação sobre os trabalhadores com carácter permanente das fábricas da empresa em Seixal, Amora, Montijo, Mora e Ponte de Sor, e ainda das sucursais de Lisboa e Porto, e destinava-se a prevenir riscos na doença, na invalidez, na velhice e na morte.

<sup>39</sup> Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., 1942, Artº n.º 12, p. 8.



Figuras 8 e 9 Cartão de familiar de beneficiário da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & Cª Lda. (frente e verso), 1953. © EMS-CDI – Imagem cedida por Edgar Rendeiro.

A assistência médica e farmacêutica da Caixa de Previdência foi instalada em 1942 numa sala disponibilizada no posto médico do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal, com sede no Seixal<sup>40</sup>. No ano seguinte foram criados postos médicos nas dependências das fábricas do Seixal e de Amora, enquanto nas unidades fabris de Mora e de Ponte de Sor, a assistência médica foi disponibilizada nos consultórios dos próprios clínicos contratados para prestação de cuidados médicos aos trabalhadores<sup>41</sup>.

Por um lado, as difíceis condições de vida, a falta de assistência social e as dificuldades de acesso a cuidados de saúde sentidas pelas famílias operárias e, por outro lado, os benefícios que estavam à disposição dos trabalhadores e respetivos agregados familiares através da Caixa de Previdência da Mundet, levaram a um aumento gradual do número dos seus beneficiários (trabalhadores e agregados familiares): de um total de 4246 no final do primeiro ano de funcionamento, ascenderam a 4340 em 1944, perfazendo os 4642 beneficiários em 1947<sup>42</sup>. A partir deste ano, apesar de se verificar a progressiva diminuição do número total de trabalhadores na empresa, o número de beneficiários continuou a aumentar. No início da década seguinte, a Mundet empregava um total de 3815 trabalhadores (Ferreira, 2003, p. 3), atingindo pela mesma altura os 4954 beneficiários e familiares da Caixa de Previdência<sup>43</sup> (Figuras 8 e 9).

Ainda no âmbito da Caixa de Previdência, em 1943 deu-se início ao estudo da construção de um bairro de casas económicas que contou com a comparticipação do Estado e a colaboração da firma<sup>44</sup>. Este projeto será concretizado em 1964 com a construção do Bairro dos Corticeiros na Quinta do Rosinha, na freguesia de Amora, e a disponibilização de casas a rendas económicas aos trabalhadores da Mundet<sup>45</sup>.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> *Idem*, pp. 3-4 e 5.

<sup>42</sup> Cf. "Mapas de beneficiários" que integram os relatórios e contas da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., referente aos anos de 1942, p. 13, 1944, p. 21, e 1947, p. 21.

<sup>43</sup> Ecomuseu Municipal do Seixal / Fundo Documental Mundet: Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. (1951). *Relatório e contas*. [Registo de entrada n.º 178/2000].

<sup>44</sup> Cf. Relatório e contas da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., referente ao ano de 1943, p. 4.

<sup>45</sup> Notícia da inauguração do Bairro dos Corticeiros no periódico local *A Tribuna do Povo*, n.º 335, 22/11/1964.

Cerca de um ano após a criação do abono de família pelo Estado corporativo, o alvará de 23/12/1943 aprovou a fundação da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. Assente em contribuições a cargo dos trabalhadores e da entidade patronal, constituiu uma importante medida de auxílio às famílias operárias mais numerosas, passando o salário a ser acrescido de um subsídio mensal proporcional ao número de pessoas a cargo do trabalhador (ascendentes e descendentes), destinado a satisfazer as despesas de sustento desses familiares.

O abono era pago ao chefe de família casado, com família legitimamente constituída, ao trabalhador solteiro, viúvo, divorciado ou separado com família, bem como às mulheres casadas, cujos maridos se encontrassem incapacitados de prover ao sustento da família. Em relação às trabalhadoras mães solteiras com família a seu cargo, só foram considerados os ascendentes para efeitos de atribuição de abono de família. Porém, o Regulamento da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Firma Mundet do Seixal criou uma exceção para as mães solteiras que, por terem sido sócias fundadoras desta Caixa, beneficiavam da atribuição de abono aos seus descendentes (art.º 12º, n.º 3).

Para além da contribuição regular sobre os salários para a Caixa de Previdência, todos os trabalhadores com carácter permanente ao serviço da firma passaram a estar obrigados à inscrição na Caixa de Abono de Família e ao pagamento de uma quota mensal correspondente a 1% dos seus salários e, por sua vez, a entidade patronal contribuía com 5% sobre os mesmos ordenados<sup>46</sup>. O seu regulamento previa a atribuição de subsídios de casamento, de nascimento, de aleitação, bolsas de estudo, auxílio de vestiário e calçado, auxílio de rendas de casa, ajuda de funeral e ainda a concessão aos seus sócios efetivos de senhas de refeições económicas. Os abonos destinavam-se aos sócios das unidades industriais do Seixal, Amora, Montijo, Mora e de Ponte de Sor, das dependências de Lisboa e Porto e do pessoal que trabalhava nos armazéns de retém de cortiça, localizados junto às fontes de aprovisionamento de matéria-prima.

Dando continuidade à tradição do bodo de Natal (ação caritativa promovida pelos gerentes da Mundet há largos anos), passou a competir à Caixa de Abono de Família, no final de cada ano, a distribuição de calçado e de vestiário pelos filhos dos sócios até aos doze anos (idade a partir da qual era permitida a admissão destes menores no mundo do trabalho). Em 1947 estes subsídios natalícios abrangeram 2025 crianças no concelho do Seixal<sup>47</sup>.

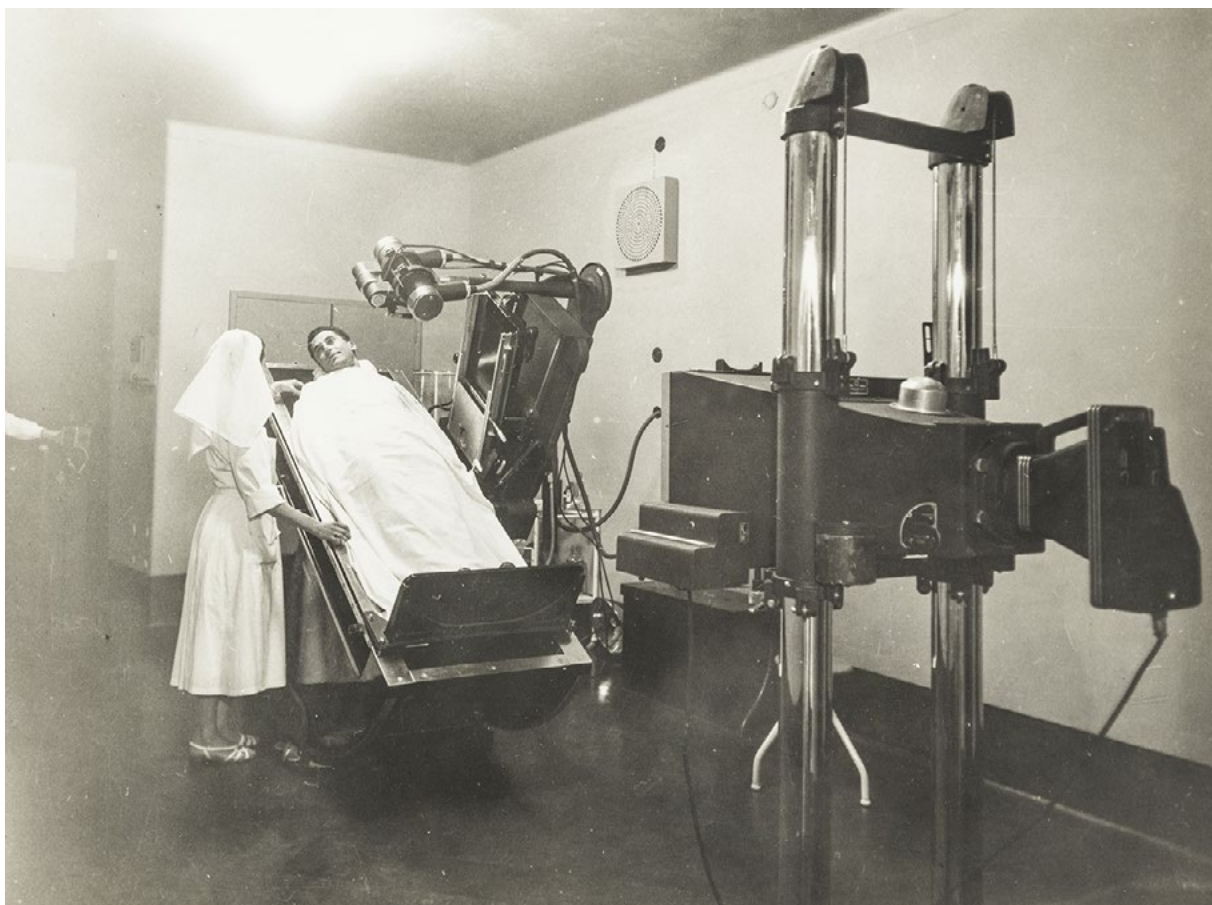
Em 1944 os donativos cedidos pela empresa foram insuficientes para suportar o fornecimento dos medicamentos aos beneficiários, tendo sido criada uma pequena quota semanal complementar suportada pelos sócios efetivos da Caixa de Previdência. Para além desta medida, face ao défice resultante dos elevados encargos da ação médico-social, a firma resolveu atribuir mais 1% da contribuição dos salários pagos<sup>48</sup>. Esta decisão permitiu que, a partir do ano seguinte, todos os medicamentos passassem a ser fornecidos a título gratuito aos beneficiários.

Volvidos dois anos, tendo como fonte os respetivos relatórios anuais, concluímos que o posto médico da Caixa de Previdência no Seixal se encontrava bem apetrechado e a assistência médica era já bastante eficiente, tendo ao seu serviço a única ambulância existente no concelho. Para além da clínica geral e de serviços de enfermagem, contava com as especialidades de otorrinolaringologia, odontologia e dermatologia (Figura 10).

<sup>46</sup> Cf. Regulamento da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., 1943, Art.º 7º, p. 4.

<sup>47</sup> Cf. Relatório e contas da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Firma Mundet, referente ao ano de 1946, p. 14.

<sup>48</sup> Cf. Relatório e contas da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., referente ao ano de 1945, p. 4.



**Figura 10** Edifício do posto médico e Caixa de Previdência do Pessoal da Mundet & C.ª, Lda. no Seixal, [1955?] © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

A partir de 1945, através do decreto-lei n.º 35410, de 29/12/1945, a Caixa de Abono de Família foi integrada, gradualmente, nas instituições de previdência social. No início de 1947, deu-se a integração do abono de família na Caixa de Previdência do Pessoal da Mundet & C.ª, Lda.<sup>49</sup> e a transferência dos respetivos efetivos, passando esta última a atribuir os mesmos subsídios que anteriormente eram facultados pela Caixa de Abono de Família.

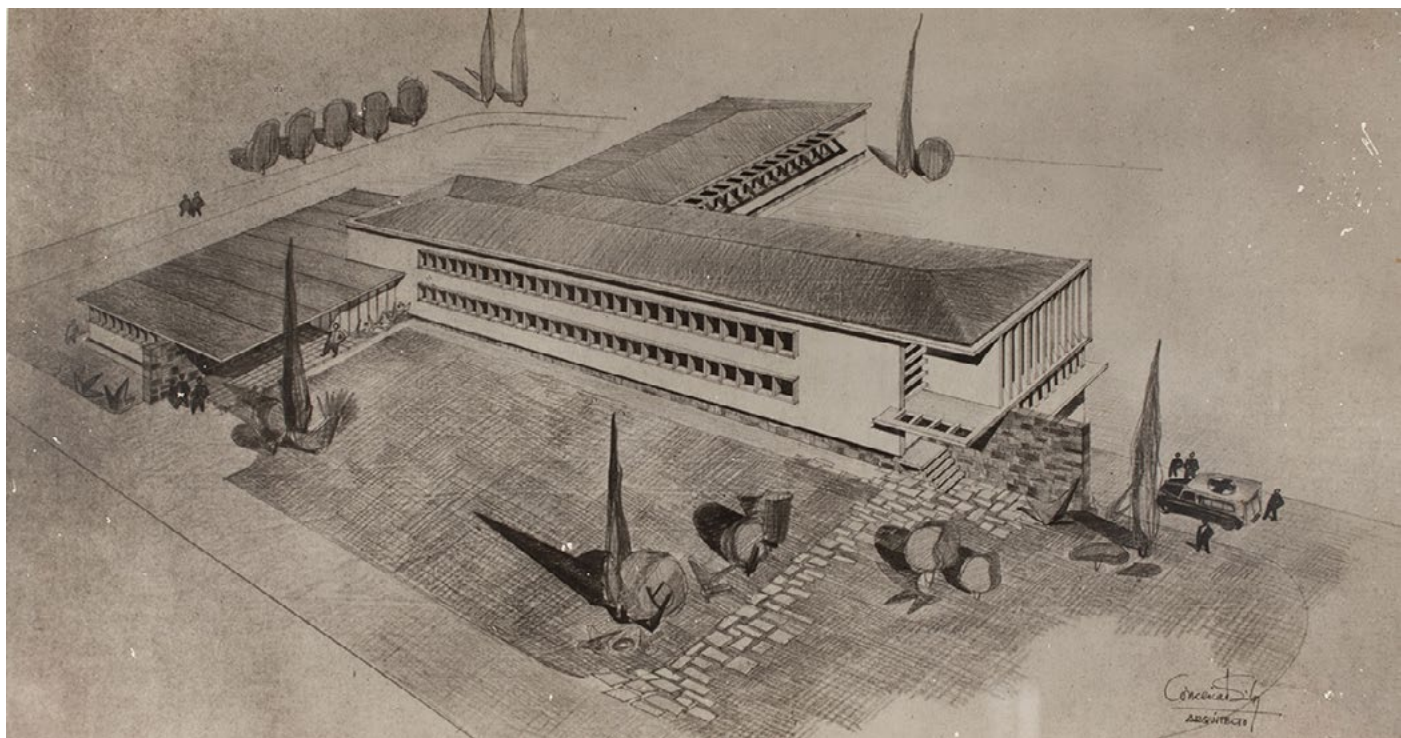
Entretanto, dado que o espaço ocupado pela Caixa de Previdência e respetivo posto médico nas dependências da fábrica se tornara exíguo, estes serviços foram reinstalados em 1955 na parte alta da vila, em edifícios de arquitetura modernista projetados pelo arquiteto Francisco da Conceição Silva (1922-1982)<sup>50</sup> (Figura 11).

Para além de outros surtos epidémicos que afligiram ocasionalmente a população local, a tuberculose (ou a *tísica*, como era vulgarmente designada) foi uma das doenças mais temidas sendo, como referido anteriormente, a responsável por uma elevada mortalidade.

A microrradiografia sistemática foi realizada pela primeira vez em Portugal em 1946 no dispensário das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade. Após três anos, o exemplo foi seguido pela Caixa de Previdência do Pessoal da Firma da Mundet & C.ª, Lda. que passou a contar com um serviço de tisiologia no posto médico da fábrica do Seixal, equipado com os mais modernos meios de diagnóstico necessários à realização de radiorastreo, medida

<sup>49</sup> A partir de 1970 a Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. foi integrada na Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Lisboa.

<sup>50</sup> O edifício acolhe atualmente várias unidades do Agrupamento de Centros de Saúde de Almada - Seixal, servindo a população do concelho do Seixal.



**Figura 11** Edifício da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. e posto médico, arquiteto Francisco da Conceição Silva. Desenho original, carvão sobre papel, [1950?]. © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

que abrangeu cerca de 4600 beneficiários (Abreu, 1956, p. 14). Até 1956 estas terão sido as únicas empresas em Portugal a lançar uma campanha contra a tuberculose, procurando erradicar a doença entre a sua população operária.

Lopo Cancela de Abreu (1913-1990), médico pneumologista que dirigiu a partir de 1947 o dispensário antituberculoso desta Caixa de Previdência, defendia que a tuberculose podia ser combatida através da profilaxia e do tratamento, da observação micro radiológica anual (medida que permitia fazer o diagnóstico precoce da doença) extensiva a todos os trabalhadores da empresa, da vacinação antituberculosa pela BCG, do fornecimento gratuito de medicamentos e do internamento de doentes portadores de lesões tuberculosas em sanatórios e em casas de saúde (Abreu, 1956, p. 6). Lopo Cancela de Abreu invocava ainda que a implementação destas providências era do interesse da empresa, dado que ao promover a cura e a reabilitação dos trabalhadores, prevenia-se o absentismo ao trabalho. Em resultado da aquisição dos equipamentos de radiologia e das medidas que, entretanto, foram tomadas, os doentes tuberculosos na Mundet diminuíram de 71 em 1950, para 25 doentes em 1954 (Abreu, 1956, p. 14).

Num dos primeiros estudos realizados sobre as doenças pulmonares de que padeciam os corticeiros, a partir dos estudos clínicos e experimentais que realizou em instalações fabris da Mundet, Lopo de Carvalho Cancela<sup>51</sup> identificou uma nova doença bronco pulmonar que designou por *Suberose*. Com sintomas clínicos semelhantes à tuberculose pulmonar, esta enfermidade era causada pela exposição dos trabalhadores, durante meses ou anos, a finas partículas de cortiça em suspensão nas oficinas.

<sup>51</sup> Os resultados do estudo realizado foram apresentados na obra de Cancela, L. C. (1959). *Suberose. Alterações pulmonares relacionadas com a inalação de poeiras de cortiça*. [s.n.].

No início da década de 1950, apoiando a iniciativa dos seus trabalhadores de criação do Grupo Desportivo Mundet<sup>52</sup>, a empresa cedeu terrenos para a instalação da respetiva sede e de equipamentos para a prática desportiva, bem como para o desenvolvimento de atividades de cultura e de lazer dentro do perímetro fabril do Seixal, ocupando uma área total de 7717 m<sup>2</sup>. Estas instalações constituíram o Centro de Alegria no Trabalho n.º 273 da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

Em meados do século passado, a conjuntura de crise mundial na indústria corticeira face à competitividade dos sucedâneos da cortiça, designadamente dos plásticos, e a quase paralisação dos negócios (Afonso & Ferreira, 2018, p. 37), levaram a gerência a reduzir as verbas destinadas às creches, às casas da infância (estas últimas encerraram definitivamente em 1953) e ao funcionamento da sopa dos pobres, que se tornou irregular. Foram ainda cancelados os subsídios destinados à FNAT e ao Grupo Desportivo Mundet, bem como as contribuições para a Caixa de Previdência que não tinham carácter obrigatório, para além da supressão de donativos destinados a iniciativas filantrópicas (Afonso & Ferreira, 2018, p. 48).

O agudizar desta crise levou à redução de cerca de 500 postos de trabalho, medida que se refletiu em todas as unidades fabris da Mundet (Afonso & Ferreira, 2018, p. 37). No ficheiro médico individual do serviço de assistência materno-infantil registou-se o despedimento de 52 mães operárias com carácter adventício que perderam todos os benefícios sociais que até então usufruíam, tendo os seus filhos de abandonar a frequência da creche ou da casa da infância.

Segundo os relatórios e contas da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.<sup>ª</sup>, Lda., os encargos anuais de assistência médico-social que em 1943 eram de 280.142\$24 escudos, após três anos aumentaram para 1.140.996\$65 escudos. Esta tendência de crescimento dos encargos anuais não se fez acompanhar pelo aumento das contribuições da empresa que, dos 2.500.000\$00 escudos atribuídos em período anterior à crise na indústria corticeira de 1952, se viu obrigada a diminuir para 1.500.000\$00 escudos nos anos seguintes<sup>53</sup>.

A intervenção social da Mundet & C.<sup>ª</sup>, Lda. veio a ser limitada em meados do século XX por via dos constrangimentos económicos da crise mundial da indústria corticeira e por imposições do Estado corporativo que, a partir de 1954, procurou coordenar a assistência pública com a previdência social, tomando em mãos a luta contra a tuberculose e a proteção materno-infantil (Pimentel, 2011, p. 86). Apesar dos sinais evidentes de crise que então se abatia sobre a Mundet, em sessão da Assembleia Nacional de 1949, o deputado Manuel França Vigon destacava o importante papel da empresa na disseminação da sua experiência no domínio da assistência social e da previdência, no meio empresarial português<sup>54</sup>.

## CONCLUSÃO

Enquadrada no contexto social, político e legislativo do Estado Novo, a política social da Mundet & C.<sup>ª</sup>, Lda. nos domínios da assistência materno-infantil, da previdência social, dos cuidados médicos, da habitação, da cultura, do desporto e da recreação, contribuiu para a sustentabilidade sócio económica dos seus trabalhadores e agre-

<sup>52</sup> Em 1955, a massa associativa do Grupo Desportivo da Mundet atingiu os 1350 sócios e os 60 atletas. Entre as várias modalidades abertas a toda a comunidade local, o hóquei em patins gozou de grande popularidade (Câmara Municipal do Seixal, 2000, p. 6).

<sup>53</sup> *A Tribuna do Povo*, n.º 97, 05/12/1954.

<sup>54</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional: IV Legislatura* (1949). Imprensa Nacional. (117). 254. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/177/1949-03-18/254?q=mundet&pPeriodo=r2&pPublicacao=dan&pSerie=01&pLegis=04>

gados familiares, granjeando, simultaneamente, grande prestígio e notoriedade à empresa, a acrescentar à sua reputação industrial há muito reconhecida e respeitada pela fileira da cortiça<sup>55</sup> a nível mundial.

Compulsadas as fontes documentais, verificamos que as iniciativas e projetos sociais que a empresa promoveu voluntariamente, extrapolando as obrigações legais, sem fins lucrativos e utilizando os seus recursos privados (excetuando o caso das caixas de Previdência e de Abono de Família, na justa medida em que os trabalhadores participaram no seu financiamento), contribuíram de forma determinante para mitigar as carências no âmbito da assistência materno-infantil, médico-social e de previdência da sua população operária, concorrendo para a melhoria das condições sócioeconómicas da comunidade local.

A importância que a empresa atribuiu à sua obra social encontra-se refletida no amplo espaço que lhe destinou. De acordo com documentação do arquivo empresarial da Mundet, no início da década de 1960<sup>56</sup>, dos 40706 m<sup>2</sup> que constituíam a área total da fábrica no Seixal (18679 m<sup>2</sup> dos quais afetos à área fabril), cerca de 54% correspondia aos serviços sociais, ao posto médico e ao parque desportivo da Mundet. Emerge, assim, uma paisagem industrial marcada pelos equipamentos de assistência social e de previdência, desportivos, culturais e de lazer que configuraram o espaço, constituindo atualmente marcas distintivas no território concelhio.

A representação clássica da responsabilidade social empresarial assumia uma dimensão estritamente económica, relacionada com a capacidade de criação de riqueza para os seus investidores, a criação de empregos, o pagamento de impostos e o cumprimento de obrigações legais (Costa, 2005, p. 71; Marques & Teixeira, 2008, p. 150). Na emergência do conceito atual, ao pilar económico veio a juntar-se o da responsabilidade social, inicialmente apoiado nos princípios da filantropia, uma vez que as empresas consideradas socialmente responsáveis promoviam interesses coletivos para atender aos menos favorecidos (Costa, 2005, p. 70)<sup>57</sup>.

Alguns autores consideram que, entre 1880 e 1930, nos EUA bem como em países europeus industrialmente mais desenvolvidos, entre outros, o Reino Unido, a Alemanha e a França, foram fomentados programas de bem-estar social (Welfare work programmes), na sua maioria desenvolvidos por grandes empresas de diferentes ramos de atividade (Branco, 2024, pp. 90-91). Assim, no prosseguimento de futuras investigações no âmbito do aprofundamento do conhecimento da política social empreendida pela Mundet & C.<sup>3</sup>, Lda. importa explorar algumas questões que não foram ainda analisadas, como por exemplo, qual a influência dos principais acionistas da sociedade, sediados nos EUA e conhecedores das práticas e da política assistencial empresarial que se encontravam à época em desenvolvimento em fábricas norte americanas, na promoção de intervenções no domínio social e na emergência de um comportamento empresarial socialmente responsável empreendido pela sociedade portuguesa, num período em que poucas eram as empresas em Portugal que assumiam este tipo de preocupação em relação à melhoria das condições de vida do seu operariado fabril.

---

<sup>55</sup> Reportamo-nos ao setor económico que abarca desde a produção da cortiça à estrutura industrial e empresarial, ao investimento e inovação, ao comércio externo, e às suas principais indústrias clientes (vinho e construção civil). APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça. <https://www.agroportal.pt/a-fileira-da-cortica-da-floresta-ao-consumidor/>

<sup>56</sup> Ecomuseu Municipal do Seixal / Fundo Documental Mundet: Áreas das fábricas, 1962. Não considerámos para este efeito a área de expansão da fábrica, onde atualmente se encontra instalado o parque urbano do Seixal.

<sup>57</sup> Nas últimas décadas do século XX operou-se o alargamento do conceito de responsabilidade social empresarial ao considerar-se que para além da prossecução da rentabilidade do negócio, a política empresarial deve abranger ainda um comportamento ético e o desenvolvimento de intervenções de âmbito social e ambiental, contribuindo para o interesse coletivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, L. C. de (1956). Alguns aspectos da política económico-social da luta contra a tuberculose. Sep. *Jornal do Médico*, 30.
- Afonso, F., & Ferreira, F. (2016). Os trabalhadores da Mundet: Contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal. *Atas do I Congresso de história do movimento operário e dos movimentos sociais em Portugal*. (V. 1, pp. 192-215). <https://run.unl.pt/handle/10362/17159>
- Afonso, F., & Ferreira, F. (2018). Os trabalhadores das fábricas corticeiras da Mundet & C.ª, Lda. em Ponte de Sor, Mora e Vendas Novas: Contributos para a história económica e social do montado. *História e Economia: Revista interdisciplinar*. 21(2), 31-52. <https://www.historiaeeconomia.pt/index.php/he/article/view/169>
- Branco, F. (2024). A política social no domínio empresarial a nível internacional: Uma perspetiva histórica. In F. Branco (Coord.). *A política social da CUF (1906-1975)* (pp. 89-119). Principia.
- Câmara Municipal do Seixal (2000). O Grupo Desportivo da Mundet: da cultura da empresa corticeira à tradição desportiva local. *Ecomuseu Informação*. Câmara Municipal, (15), 6.
- Costa, M. A. N. C. (2005). Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (73). 67-89. <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-067-089-Maria%20Alice%20Costa.pdf>
- Ferreira, F. (2003). Trabalhadores da Mundet: Fontes de estudo sobre o universo do trabalho e do saber corticeiros. *Atas da Conferência Internacional Cortiça, Património Industrial e Museologia*. Câmara Municipal do Seixal.
- Fitas, F. (2016). *Memórias associativas: Memórias da nossa memória*. V. 2. Câmara Municipal Seixal.
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e solidariedade: Uma história da economia social*. Tinta-da-China.
- Godinho, A. M., & Bernardo, H. B. B. (1946). Colectânea de Legislação Corticeira. Sep. do *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Marques, M., & Teixeira, C. (2008). A responsabilidade social das empresas e o desenvolvimento organizacional. *Revista de Estudos Politécnicos*. 6(10), 149-164. <https://scielo.pt/pdf/tek/n10/n10a09.pdf>
- Mendes, J. A. (2021). Organizações sem fins lucrativos: Responsabilidade social pautada por valores, 1820-1910. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (15), 27-44. <https://doi.org/10.48751/CAM-2021-1564>
- Nadal, J., & Sala, P. (2010). *La contribució catalana al desenvolupament de la indústria surera portuguesa*. Generalitat de Catalunya.
- Pereira, J. D. (2015). Instituições para a acção coletiva numa perspetiva histórica: Mutualismo nos subúrbios industriais lisboetas (1890-1930). *Cadernos de História*. 16(24), 157-184. <https://periodicos.pucminas.br/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2015v16n24p157>.
- Pimentel, I. F. (2011). *A cada um o seu lugar: A política feminina do Estado Novo*. Temas e Debates: Círculo de Leitores.

Simões, J. de O. (1910). Inquirição das associações de classe sobre a situação do operariado. *Boletim de Trabalho Industrial*, (49), 632-643.

Sousa, C. S. de (1931). *A luta contra a mortalidade infantil*. Tip. Sousa Neves.

## AGRADECIMENTOS

Aos Srs. J. D. Matias e Edgar Rendeiro pela cedência de fotografias ao Ecomuseu Municipal do Seixal, que muito contribuíram para a ilustração e a valorização dos conteúdos apresentados no artigo.

---

Submissão/submission: 30/08/2024

Aceitação/approval: 30/05/2025

---

Fátima Afonso, Ecomuseu Municipal do Seixal, Gabinete de Projetos de Património, Câmara Municipal do Seixal,  
2840-485 Seixal, Portugal. fatima.afonso@cm-seixal.pt  
<https://orcid.org/0009-0006-9931-8116>

---

Afonso, F. (2025). Iniciativas empresariais no domínio da assistência social e da previdência em Portugal: O caso da política social da Mundet & C.ª, Lda. (1930-1953). *Cadernos do Arquivo Municipal*, (23), 1-23.  
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-23419>

---

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0